



**PROCESSO TRT- SOF - 238/11  
PREGÃO Nº 108/11 - RP**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2012 no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região são registrados os preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE RÉGUA ESCRITÓRIO, TINTA PARA CARIMBO, CINTA ELÁSTICA, ELÁSTICO LÁTEX, FILME FAX, PAPEL RECADOS, GRAMPO ENCADERNAÇÃO, CARTUCHO GRAMPEADOR ELETRÔNICO, FITAS ADESIVAS AMARELA, PRETA E PRATA, ESTILETE, BOBINA DISPENSADOR MANUAL DE SENHAS, BLOCO FLIP-CHART, FITA CORRETIVA IBM, FITA ROTULADOR, PORTA-CRACHÁ, CLPES Nº 5 E ADESIVO INSTANTÂNEO SUPERBONDER**, conforme descrição abaixo, celebrado entre o TRT 1ª Região e a empresa abaixo identificada, conforme resultado do Pregão n.º 108/2011 para Sistema de Registro de Preços.

Item 01

Especificação
<b>RÉGUA ESCRITÓRIO, PLÁSTICO, 30CM, GRADUAÇÃO EM CM, MATERIAL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE. Quantidade máxima: 329 (trezentas e vinte e nove) unidades marca: WALEU</b>
Preço unitário: R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos)
Preço total: R\$ 111,86 (cento e onze reais e oitenta e seis centavos)

Item 02

Especificação
<b>TINTA CARIMBO, BASE ÁGUA, COR AZUL, FRASCO COM 40 A 45ml. Quantidade máxima: 276 (duzentos e setenta e seis) frascos marca: JAPAN</b>
Preço unitário: R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos)
Preço total: R\$ 386,40 (trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Item 09

Especificação
<b>TINTA CARIMBO, BASE ÁGUA, COR PRETA, FRASCO COM 40 A 45ml.</b> <b>Quantidade máxima: 67 (sessenta e sete) frascos</b> <b>marca: JAPAN</b>
Preço unitário: R\$ 1,54 (um real e cinquenta e quatro centavos)
Preço total: R\$ 103,18 (cento e três reais e dezoito centavos)

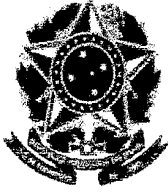
Item 11

Especificação
<b>FITA ADESIVA, POLIPROPILENO, MONOFACE, COR AMARELA,</b> <b>DIMENSÕES 45mm X 50m (MÍNIMO).</b> <b>Quantidade máxima: 13 (treze) rolos</b> <b>marca: FLEX</b>
Preço unitário: R\$ 24,00 (vinte e quatro reais)
Preço total: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais)

Item 13

Especificação
<b>FITA ADESIVA, POLIPROPILENO, MONOFACE, COR PRATA, DIMENSÕES</b> <b>45mm X 50m (MÍNIMO).</b> <b>Quantidade máxima: 13 (treze) rolos</b> <b>marca: FLEX</b>
Preço unitário: R\$ 24,80 (vinte e quatro reais e oitenta centavos)
Preço total: R\$ 322,40 (trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)

RECEBIDO COM O RECEBÍVEL  
em 27.1.12 / 2012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Item 16

Especificação
<b>BLOCO FLIP-CHART LISO, 75g/m2, DIMENSÕES 66x96cm, 50 FOLHAS. Quantidade máxima: 16 (dezesesseis) unidades marca: SUZANO</b>
Preço unitário: R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos)
Preço total: R\$ 430,40 (quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos)

Item 21

Especificação
<b>CLIPES PARA PAPEL, ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO DOURADO, NUMERO 5, DIÂMETRO ARAME 0,60mm, LARGURA 5mm(+/- 5%), ALTURA 13mm(+/- 5%), CAIXA COM 100 UNIDADES, REFERÊNCIA BACCHI, ACC, IARA, OU SIMILAR. Quantidade máxima: 101 (cento e uma) caixas marca: ACC</b>
Preço unitário: R\$ 1,70 (um real e setenta centavos)
Preço total: R\$ 171,70 (cento e setenta e um reais e setenta centavos)

Item 22

Especificação
<b>ADESIVO INSTANTÂNEO UNIVERSAL A BASE DE CIANOCRILATO; REFERENCIA SUPERBONDER OU SIMILAR; EMBALAGEM: BISNAGA DE 5g. Quantidade máxima: 21 (vinte e uma) unidades marca: SUPERBOND</b>
Preço unitário: R\$ 5,76 (cinco reais e setenta e seis centavos)
Preço total: R\$ 120,96 (cento e vinte reais e noventa e seis centavos)

A.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
21.02.2012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506



Empresa Vencedora: JL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME  
CNPJ: 01.562.738/0001-05  
RESPONSÁVEL LEGAL: Eduardo Esteves da Silva  
CPF: 929.597.767-04  
End.: Rua Carolina Machado, 542, lj. 16, Madureira.  
Rio de Janeiro, RJ.  
CEP: 21351-021  
Tel.: (21) 2452-2322 / 3390-9264  
email: [alengraf@gmail.com](mailto:alengraf@gmail.com)

### CONDIÇÕES GERAIS

1. A existência de preço registrado não obriga o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região a adquirir os itens relacionados nem as quantidades totais indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei 8.666/93, e art. 7º, do Decreto nº 3.931/01.
2. **Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses**, a contar do aceite pelo setor competente do TRT da 1ª Região.
3. **O material deverá ser entregue no Almoxarifado do TRT 1ª Região**, localizado na Av. Presidente Antônio Carlos, 251, Subsolo, Rio de Janeiro, RJ, **no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho, no horário das 10:00 às 16:00 horas**. A entrega deverá ser agendada pelo telefone (21) 2380-6858.
4. O recebimento provisório será realizado no ato de entrega dos bens, mediante recibo, não configurando aceite. Executado o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73, inciso II, alíneas "A" e "B", da Lei 8.666/93, após a conferência quantitativa e qualitativa devidamente atestada na Nota Fiscal correspondente, não excluindo a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional.

IMPRESSÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
L. 27 / 02 / 2012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

5. O material adquirido deverá ser entregue em embalagem adequada à sua conservação, tendo obrigatoriamente nela afixada ou em seu rótulo as seguintes informações: marca, CNPJ, nome do **FABRICANTE**, identificação do conteúdo, datas de fabricação e validade. Em cada embalagem deve constar ainda a identificação do licitante.
6. Em havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que o material entregue apresente reiterados vícios ao longo do período de garantia a que alude o subitem 7.2. "d" deste edital, os produtos fornecidos deverão ser substituídos, em sua totalidade, pela empresa fornecedora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
7. A empresa ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, ficando ciente de que o ato do recebimento provisório não importará sua aceitação.
8. Salvo exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o aceite referente ao recebimento definitivo será processado em até 30 dias úteis, contados da entrega da Nota Fiscal.
9. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação no Diário Oficial da União.
10. O pagamento à contratada será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, observado o cronograma de desembolso, na forma prevista no art. 40, inc. XIV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93.
- 10.1 Nos casos de que trata o § 3º, do art. 5º, da Lei 8.666/93, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 10.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27/02/2024  
Luiz Fabiano da Gama  
Especializado  
Mat. 84506



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**10.3** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**10.3.1** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.** Ficam as empresas cientes de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas

**12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I, onde:**

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

**I = (6/100)/365**

**13.** Fica a empresa vencedora ciente da obrigatoriedade de apresentação do **Termo de Opção pelo Simples**, quando assim couber, no ato da entrega do material, juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo este Tribunal que a não-apresentação do documento em questão, ocasionará o desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

**14.** O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar a respectiva Nota de Empenho, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) estiverem presentes razões de interesse público.

9

27/02/2012  
Luiz Fernando da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506  
6



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

15. Em sendo cancelado o registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o ato será formalizado por despacho do Diretor-Geral de Coordenação Administrativa.

16. O fornecedor poderá solicitar o seu cancelamento do Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das condições assumidas, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

17. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará sujeito a ser impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei 8.666/93, **assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.**

18. **Incorrerá em multa de mora no percentual de 0,3 % (três décimos por cento) ao dia** sobre o valor da compra, no caso de não fornecimento integral do objeto da obrigação, ou sobre a parcela em atraso, no caso de não fornecimento parcial do objeto da obrigação;

19. Este Tribunal poderá rescindir unilateralmente o contrato, se houver atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, hipótese em que a contratada estará sujeita à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, bem como às demais sanções administrativas previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

20. As sanções previstas nos subitens 18 e 19 poderão ser registradas no SICAF (Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores), observando-se o rito estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (antigo MARE), solicitado pelo órgão interno interessado, mediante motivação circunstanciada, e autorizado pelo Diretor-Geral.

21. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, observado o Ato nº 2211/05 da Presidência desta Corte, será deduzida da garantia ou, em sua insuficiência, das faturas devidas, ou ainda, cobradas diretamente da contratada.

17/02/2012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

amigável ou judicialmente, na forma dos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sendo a contratada notificada para recompor o valor inicial da garantia.

**22.** É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03 (três) a 06 (seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.

**23.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**24.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por revogar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

**25.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e convocados outros fornecedores eventualmente registrados para o item negociado.

**26.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer **antes do pedido de fornecimento**, podendo convocar os demais fornecedores eventualmente registrados para negociação.

**27.** Não havendo êxito nas negociações, o TRT procederá à revogação do item da Ata de Registro de Preços e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa.

9

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
27/02/2012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84508

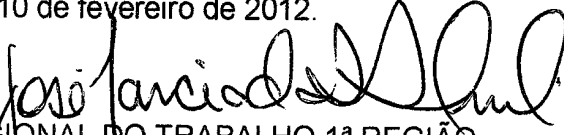




PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

28. Os valores registrados serão publicados no Diário Oficial da União, ficando à disposição no sítio (internet) deste Tribunal durante a vigência da Ata, sendo novamente publicados, caso haja revisão dos valores registrados.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012.

  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO

  
EMPRESA VENCEDORA

JL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME

CNPJ: 01.562.738/0001-05

RESPONSÁVEL LEGAL: Eduardo Esteves da Silva

CPF: 929.597.767-04

PROCESSO Nº 00000000000000000000  
10217012  
Luiz Fabiano da Gama  
Sec. Especializado  
Mat. 84506